MEMÓRIA DA FACULDADE

ERNESTO LEME

Paulo Adolpho de Carvalho Borges
Secretário aposentado da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

A história da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, tal como a história de qualquer instituição, se faz através do registro de nome, datas, atos e fatos que marcam a sua existência. Por isso se diz que é pobre a história de uma instituição nova.

Mas o que dá vida e um colorido a esses dados históricos são os acontecimentos, que giram em torno dos personagens que militam no dia a dia, buscando consolidar a história da instituição, escrevendo paralelamente a sua história.

Nisso a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo é rica. Na sua juventude de apenas vinte anos tem muita estória para contar. Muitos homens ilustres militam nesta Casa e muitos outros por ela passaram, deixando a chancela da sua personalidade, da sua cultura e, principalmente da sua conduta e do seu comportamento como criaturas humanas.

Entre tantos nomes que gostaria de citar, um se ressalta pela sua postura de homem público, de mestre do direito, de chefe de família e de cidadão.

Seu nome, ERNESTO DE MORAES LEME. Lecionou Direito Comercial na terceira série do Curso de Bacharelado desta Faculdade durante os anos 1967-1969, quando, por motivo de saúde, requereu seu afastamento. Mas continua sempre ligado a esta Escola por laços afetivos, onde tem muitos discípulos integrados no seu Corpo Docente. Em 1972 aqui voltou para Paraninfar uma de suas turmas, ocasião em que pronunciou memorável discurso.

Na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo exerceu por mais de trinta anos a Cátedra de Direito Comercial, conquistada em brilhante concurso realizado em 1933, onde, em 1934, tomou posse e recebeu o grau de Doutor. Lecionou Direito Civil Comparado no Curso de Doutorado 1958-1961 e, ainda, naquela Universidade, ocupou com brilhantismo o cargo de Reitor de 1951 a 1953.

No campo político à Assembléia Constituinte e Legislativa de São Paulo (1935-1937), exercendo as funções de líder da maioria (1936-1937). Nos anos de 1954 e 1955 foi Delegado Permanente do Brasil nas Nações Unidas, na categoria de embaixador, exercendo naquele organismo internacional a Presidência da Comissão de Desarmamento, do Conselho de Segurança e da Delegação do Brasil à IX Sessão da Assembléia Geral da ONU. Nos anos de 1964 e 1965 foi Secretário de Justiça do Governo de São Paulo.

Não bastassem as suas atividades didáticas e políticas, soube o mestre dividir, ainda, seu precioso tempo, emprestando a sua dedicação, seu prestígio e sua cultura à literatura e à advocacia, sendo que, em ambas, graças ao seu talento, teve a ventura de atingir as culminâncias.

No início da década de 30 participou ele da Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de São Paulo, que era recentemente criada. Em 1953 foi eleito Membro da Academia Paulista de Letras.

Graças ao seu perseverante trabalho no campo do ensino jurídico, recebeu o título de Professor Honorário da Facultad de Derecho de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, em Lima, no Perú, no ano de 1951. Doutor "Honoris Causa" pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1952. Medalha de prata da Universidade de Bolonha em 1953 e Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1967.

Apesar de haver ocupado tantos cargos de relevo, aos 70 anos, ainda vinha a São Bernardo duas vezes por semana para ministrar suas aulas. Não me lembro haver ele faltado algum dia aos seus compromissos, lembro-me sim, vê-lo chegando sempre com muita antecedência, cumprindo rigorosamente os seus horários.

Quantas vezes, estando ausente o Diretor, Professor Dr. Paulo Teixeira de Camargo, ia o Dr. Ernesto para a Secretaria esperar os demais professores para o jantar, que na Faculdade tinha início às 19 horas.

Ficavamos felizes quando ele chegava e, assentado à nossa mesa, se punha a contar estórias. Lamento não tê-las gravado, mas lembro-me bem de algumas que merecem registro nos anais desta Casa.

Tomado de sua natural modéstia, contou-nos ele que, em 1954 e 1955, ocupou o cargo de Embaixador do Brasil junto à ONU, a convite do Presidente Vargas. Nessa ocasião discutiu-se naquela Corte a importância da energia atômica para fins pacíficos. Como não se sabia o desenvolvimento de cada país nesse setor, o Secretário Geral da ONU, Dag Hammarskjoeld, pediu que um representante de cada nação fizesse uma ligeira exposição sobre o assunto, pois só assim teriam elementos para os debates. Coube ao Professor Ernesto Leme, como Presidente da Delegação Brasileira, falar em nome do Brasil.

Preocupado com dados mais recentes para elaborar o trabalho que deveria apresentar na Comissão Política e de Segurança, bem como nos debates do plenário das Nações Unidas, o Prof. Ernesto Leme pediu ao Itamarati que lhe enviasse elementos para as suas conclusões (elementos esses que até hoje não lhe chegaram às mãos). Valendo-se do conhecimento que tinha do problema, quando de sua gestão na Reitoria da Universidade de São Paulo e com extraordinária memória dos resultados obtidos nas pesquisas nucleares realizadas por aquela Universidade, pôde o Dr. Ernesto Leme elaborar o seu discurso. Redigiu-o em francês. Por mais que sintetizasse não conseguiu resumir a sua exposição a menos de 30 minutos, sabendo de antemão que não poderia ocupar a tribuna por mais de 11 minutos, o que era uma tradição na ONU.

Certo de não poder concluir sua leitura, mandou datilografar o trabalho e distribuir aos seus pares, para que pudessem ler na íntegra. Sendo-lhe dada a palavra leu todo o seu discurso e ao terminar, voltando-se para o Secretário Geral num gesto de cortesia, esse lhe disse: "Dr. Ernesto Leme, acabo de quebrar um dos protocolos da ONU. Nesta casa nunca um orador ocupou a tribuna por mais de 11 minutos, mas tão brilhante foi sua exposição que eu não tive coragem de interrompê-lo". Graças à importância desse discurso, por proposta

do Chefe da Delegação do Canadá, foi o Brasil incluído entre os sete membros do "Comitê" para orientar o Secretário Geral da ONU na organização da conferência de energia atômica de Genebra. Indicado para representar o Brasil no "Comitê", o Professor Ernesto Leme recusa o convite por entender que o lugar não era de jurista e pede ao governo brasileiro a indicação de um especialista em energia nuclear.

De outra feita, contou-nos que numa de suas visitas à Universidade de Coimbra, pôde observar um fato que muito o comoveu.

Quando era dado o sinal para início das aulas, os Professores mais moços se dirigiam para as respectivas salas, enquanto que os mais idosos aguardavam na Sala dos Professores até que um grupo de alunos viesse buscá-los, conduzindo-os até a cátedra.

Naquele mesmo ano, na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, um aluno irreverente perturbou a aula do Professor Ernesto e ele querendo evitar atritos, deixou a sala e se dirigiu à Diretoria disposto a deixar definitivamente a Escola. Enquanto ele falava com o Diretor, fui me entender com os alunos que estavam revoltados com o colega pela indelicadeza praticada contra o mestre. Lembrando-me do que ele havia contado sobre os professores idosos de Coimbra, combinei com um grupo de 10 alunos para irem à Diretoria justificar o gesto do colega irreverente e convidarem-no a voltar à sala.

Notei que ele se sentiu satisfeito com a gentileza dos alunos e se prontificou, não naquela noite, mas no próximo dia de aula, a voltar à sala.

Nessa ocasião, já combinados, mal terminado o jantar ressoa a compainha e o grupo de alunos entra no refeitório dos professores para conduzir o mestre até a sala de aulas e assim foi feito em todos os seus horários até o fim do ano, quando, infelizmente, por motivo de saúde, o mestre precisou ausentar-se de nossa Faculdade, que até hoje lamenta a sua ausência.